



A REALIDADE BRASILEIRA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS¹

THE BRAZILIAN REALITY IN THE PROFESSIONAL FORMATION OF SOCIAL WORKERS

Lucas Bezerra*

<https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>

Evelyne Medeiros**

<https://orcid.org/0000-0003-2644-0285>

Leonardo Nogueira***

<https://orcid.org/0000-0003-0797-4062>

RESUMO

Este ensaio discute a dimensão político-pedagógica do estudo da realidade brasileira na formação profissional de assistentes sociais. Contextualiza elementos da formação social do Brasil, reiterando a importância de intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro. Apresenta a ideia de que a preocupação formativa e investigativa na área do Serviço Social acerca da realidade nacional constitui um elo para deslindar as exigências históricas profissionais e macrosociais do tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE

Formação social brasileira. Pensamento social brasileiro. Fundamentos do Serviço Social. Formação profissional.

ABSTRACT

This essay discusses the political-pedagogical dimension of the study of the Brazilian reality in the professional formation of social workers. Contextualizes aspects of Brazil's historical-social formation, reiterating the importance of classical interpreters that conform the social thought developed here and the current research commitment around the current problems faced by the country. In view of this, it presents the idea that the formative and investigative concern in the area of Social Work about the particular aspects of the Brazilian reality constitutes a central link to unravel and to face the historical professional demands and macrosocial of the present time.

¹ Este texto, restrito ao debate da formação profissional, corresponde à versão preliminar de trabalho publicado pelos autores em parceria com a professora Luciana Cantalice, intitulado “Realidade brasileira e Serviço Social: formação e trabalho profissional em debate” (Cf. MEDEIROS; NOGUEIRA; BEZERRA, 2019).

* Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <lucasbezerra.1917@gmail.com>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <evelyne.mp2913@gmail.com >.

*** Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <leo.ssoufvm@gmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p98-114



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Brazilian social formation. Brazilian social thought. Fundamentals of Social Work. Professional qualification.

Submetido em: 1/4/2019.

Revisto em: 30/9/2019.

Aceito em: 8/12/2019.

INTRODUÇÃO

A recente comemoração dos 80 anos do Serviço Social no Brasil, em 2016, fora indubitavelmente marcada por uma série de balanços relacionados aos desafios enfrentados pela profissão no tempo presente. A conjuntura, a Universidade, a configuração da política social, a formação e o trabalho profissional estiveram no centro de nossos debates, cuja preocupação maior pode ser sintetizada no esforço teórico-político de localizar o Serviço Social brasileiro na dinâmica societal mais recente, estabelecendo a devida relação entre os desafios profissionais e as requisições do atual período histórico.² Em especial no ambiente acadêmico, tais debates obtiveram dimensões mais amplas em função do Centenário da Revolução Russa, em 2017, e do bicentenário de nascimento de Marx, em 2018. Este ano (2019), em virtude da comemoração dos 40 anos do conhecido *Congresso da Virada*, certamente será mais um momento em que os debates em torno da profissão e das perspectivas contemporâneas para o campo progressista e democrático na sociedade brasileira estarão em alta.

Sabe-se que os desafios atuais enfrentados pela profissão, uns novos e outros nem tanto, inserem-se num momento particularmente adverso aos/trabalhadores/as. No plano externo, sob os auspícios do capitalismo mundializado e de uma crise de abrangência universal, rastejante e prolongada, assiste-se a uma enérgica contraofensiva imperialista sobre os países latino-americanos; e internamente, o Golpe de Estado levado a cabo em 2016, articulado por setores do capital local e estrangeiro, frações expressivas do Legislativo, do Judiciário, do aparelho midiático e militar, obtém contornos ainda mais graves em função da direção de extrema-direita assumida pelo atual governo brasileiro. Direção esta que ratifica a natureza antipopular, antinacional e antidemocrática de nossas classes dominantes, bem como o *poder do atraso* (MARTINS, 1999) e os condicionantes estruturais da dependência (FERNANDES, 1973; MARINI, 2005).

Os impactos deste cenário sobre as classes subalternas, reveladores de um recrudescimento ortodoxo da política neoliberal, agora sob uma ideologia neofascista, já podem ser vistos a olho nu: retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, crescimento desmedido da população em situação de rua e do trabalho infantil, o retorno ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), o maior índice de desemprego já registrado na história³ e, conseqüentemente, um número assustador de trabalhadores situados na informalidade.

Este quadro macroscópico da realidade traduz de modo inequívoco um preocupante

² Um balanço do octogenário da profissão pode ser localizado no número 128 da Revista Serviço Social & Sociedade e em coletânea organizada por Silva (2016).

³ Dados recentes apontam que a quantidade de desempregados no Brasil ultrapassa 13 milhões. Cf. <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/03/29/desemprego-trimestre-fevereiro_ibge.htm>. Acesso em 30 mar. 2019.

agravamento da “questão social” na realidade brasileira, na esteira da banalização da vida social num país que até hoje não se construiu enquanto nação-para-si (RIBEIRO, 2016) e continua a se organizar, predominantemente, segundo interesses exógenos; país alheio às demandas de longas datas de um povo cuja história confunde-se com a situação de penúria a qual se vê compelido de modo quase irremediável.

Num esforço de articulação entre elementos locais (particulares) e internacionais (universais), partimos do entendimento, sob o amparo teórico de alguns dos chamados *intérpretes do Brasil*, da existência de uma *problemática nacional* em aberto; uma *questão nacional* que se apresenta enquanto dilema desde a gestação e formação da sociedade brasileira, constituindo-se enquanto nó central da configuração da *questão social* no Brasil (IANNI [1988] 2004) e que se exhibe de modo particularmente escancarado, sobretudo no contexto de uma crise social, política, econômica e ambiental como a que se presencia atualmente. Esta *questão nacional*, que também se configura regionalmente, referencia as “tarefas em atraso” em nossa realidade, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento e a certeza de que o exercício em decifrar suas contradições sob o crivo da crítica constitui um desafio à geração dos dias hoje, que deve carregar consigo o devido zelo e respeito intelectual pelo largo acúmulo registrado pelo pensamento social brasileiro.

Estimulado pelas inquietações do atual contexto histórico-conjuntural, ainda sob o ritmo dos debates octogenários da profissão, este ensaio objetiva dialogar com a categoria de assistentes sociais, estudantes, pesquisadores da área, a propósito da dimensão político-pedagógica do estudo da realidade brasileira na formação profissional das/os assistentes sociais.

A exposição encontra-se organizada em dois momentos, afora esta introdução e as considerações finais. Na primeira seção, assinalamos as razões pelas quais se justificam a importância e o esforço heurístico em torno da *questão nacional*. Por conseguinte, em sintonia com as *pelejas* atuais postas ao Serviço Social (MOTA; AMARAL, 2014), particularmente no que tange à dimensão formativa,⁴ discutimos o papel estratégico do estudo da realidade brasileira na formação profissional de assistentes sociais. No decorrer da leitura, há uma posição notadamente definida, sustentada na tese de que *a preocupação formativa e investigativa na área do Serviço Social acerca dos aspectos particulares da realidade brasileira constitui elo central para interpretar e enfrentar as exigências históricas – profissionais e macrosociais - do presente*, muitas das quais, dialeticamente, são remanescentes do nosso passado.

Desta feita, o texto dialoga com duas questões: 1) Por que a recente configuração política, social e econômica do país acirra a necessidade de adensamento do estudo sobre os fundamentos históricos da sociedade brasileira? 2) Por que razão o estudo do Brasil, na perspectiva das classes subalternas, é estratégico à atual direção social do Serviço Social brasileiro? Estas duas indagações, que dialogam entre si, assinalam que a profissão não escapa às tendências gerais da sociedade, arquitetadas pelas classes dominantes e seus respectivos

⁴ Para um balanço dos desafios recentes no âmbito da formação acadêmico-profissional, ver Iamamoto (2007), especialmente o último capítulo.

intelectuais. Reconhecido isto, cabe a tentativa, necessariamente coletiva, de decifrar as problemáticas emergentes e (re)definir, a partir destas, as táticas e estratégias para enfrentá-las (MOTA; AMARAL, 2014). É este o caminho que tentamos perseguir nas reflexões aqui reunidas.

POR QUE PENSAR A “QUESTÃO NACIONAL”?

O movimento da história seguramente contribui para desvendar o presente. Desvendá-lo na perspectiva de recriá-lo. Ao contrário do que pensa a razão instrumental, passado e presente expressam uma unidade dialeticamente engendrada, correlacionada, e não episódios formais ou abstratamente fatiados. Esta tese contrária, de um lado, generalismos estéreis e, de outro, interpretações particularistas, tão-somente preocupadas com o miúdo do miúdo de processos histórico-sociais. Sob o amparo da crítica, tais processos devem considerar determinações e mediações apreendidas a partir da interação dialética entre o universal, o particular e o singular, em sintonia com o método em Marx.

Coerentes com esse raciocínio, a formação econômico-social brasileira não deve ser vista meramente a partir de si mesma, como se fosse estanque ou isolada. Face sua complexidade, demanda uma apreensão que combine elementos internos e externos, a contemplar as complexas configurações localizadas num espectro mais amplo e os demais processos, igualmente complexos, do *desenvolvimento desigual interno* atrelado substancialmente à *dominação imperialista externa* (FERNANDES, [1975] 2006). Combinação esta que integra o padrão de dominação burguesa por aqui, recompondo as desigualdades regionais que, a despeito de serem componentes da própria natureza capitalista, apresentam uma tônica diferenciada nos países dependentes.

Sob a perspectiva das classes trabalhadoras, este esforço fora empreendido com notória dedicação e empenho político e intelectual por gerações de intérpretes da história nacional, situados nas mais diversas matrizes metodológicas, filosóficas e ídeo-políticas. Limitar-nos-emos, aqui, pela direção mesma assumida por este texto, à referência aos pensadores situados na tradição marxista,⁵ que já registra em seu legado expoentes como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Clóvis Moura, Nelson Werneck Sodré, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Antônio Cândido, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Heleith Saffioti e Carlos Nelson Coutinho. Autores estes que, malgrado suas diferenciações, conformam a tradição crítica do pensamento social brasileiro, expressa numa ampla, rica e vasta elaboração contrária à “história oficial” ou “a história que a História não conta, o avesso do mesmo lugar”⁶.

Uma máxima unifica esses estudiosos: compreender o Brasil para transformá-lo, sob a direção

⁵ A referida delimitação não ignora as contribuições seminais de autores dos campos *culturalista* ou *patrimonialista*, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Ademais, também não desconsidera o peso da literatura de ponta do século XX e sua peculiar capacidade de traduzir o real, a exemplo das obras de Euclides da Cunha, João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo e João Guimarães Rosa.

⁶ Trecho do samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 2019, letra de Danilo Firmino, Deivid Domênic, Mamá, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Tomaz Miranda.

dos de baixo. Independente dos objetos de investigação, criatividade e originalidade não lhes faltaram. Dirigentes partidários, historiadores, trabalhadores, sociólogos, militantes, artistas e críticos literários: tudo isto coube no extenso e produtivo esforço analítico da realidade nacional durante o século XX.

Ianni (2000), num artigo intitulado *Tendências do pensamento brasileiro*, nota que algumas preocupações foram centrais ou prioritárias nas análises dos intelectuais da realidade do Brasil. Destacam-se: a organização do poder estatal e a configuração peculiar de nosso *Estado-nação*; a conformação das classes sociais em luta; o campo e a cidade; o caldo cultural disseminado pelas classes dominantes; a sociedade patriarcal; oligarquias e clãs; a *revolução burguesa*; o caráter da revolução brasileira; o padrão de exploração da força de trabalho etc; ao fim e ao cabo, economia, política e cultura. Todos estes temas, em maior ou menor grau, preenchem a história e a atualidade dos (des)encontros entre Estado e sociedade no Brasil, amarrados num nó que se constitui enquanto desafio teórico-prático de relevo, baseado na necessidade de superação de dualismos estruturais, desde o ponto de vista interpretativo, de relações como moderno-arcaico, urbano-rural, patrimonial-racional, região-nação. Vinculam-se, além do mais, a dois aspectos da maior importância analítica: a) a concepção de *história como processo*; b) a centralidade assumida pelas *lutas de classes*.

A rigor, a interpretação do Brasil traduz uma requisição ininterrupta, permanente. É um mergulhar na história, conhecermo-nos entre o *novo* e o *velho*, nossas matrizes culturais, étnicas e regionais, os antagonismos classistas etc. A *questão nacional* coloca-se enquanto *problemática* em nosso percurso inteiro, da Colônia à República, sempre entre conflitos e tensões. Guerras, guerrilhas, convulsões e lutas seculares do *povo novo* aqui concebido (RIBEIRO, 2015), mas desde sempre alijado, *povo-massa* sofrido e perplexo nas mais diversas regiões, condenado a se constituir enquanto *povo velho* que não organiza sua capacidade criativa e produtiva para si; um assombroso padrão de violência das classes dominantes sobre as classes subalternas; um país no qual o processo modernizante fora operado por uma via *não-clássica*, sobre a qual Florestan Fernandes (2012) elucida o seguinte:

A grande maioria dos países de origem colonial sofreu um desenvolvimento capitalista deformado e perverso. Muitos não lograram ter um desenvolvimento agrícola entrosado com o desenvolvimento urbano interno e poucos conseguiram um patamar de desenvolvimento industrial capaz de alimentar a formação de um proletariado industrial relativamente denso. Como consequência, não conheceram as reformas típicas da revolução burguesa, descrita por muitos historiadores como revolução agrícola, revolução urbana, revolução industrial, revolução nacional e revolução democrática (FERNANDES, 2012, p.18).

Em sintonia com tal concepção, as condições históricas da emergência burguesa no Brasil são categoricamente distintas das chamadas *burguesias conquistadoras*, que moldaram relações sociais de produção e reprodução aos seus moldes a partir de processos revolucionários. É relevante fazer menção a isso para que a história não seja tomada como unilateral, enquanto simples reposição de episódios de um lugar para outro. É preciso considerar o conjunto de determinações sociais, econômicas, culturais e políticas que conferem marcas particulares aos acontecimentos que se desdobram nas diferentes partes do mundo.

Entre nós, o *modus operandi* da colonização portuguesa nos legou estruturas calcadas no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, conforme destacou Prado Jr (1976). Tais estruturas contribuíram para que, no seio na sociedade brasileira, se desenvolvessem relações marcadas por práticas coronelistas, racistas e patriarcais que se expressam na produção e reprodução social. Da emergência do mercado de trabalho assalariado à formação cultural e moral do povo brasileiro, o racismo e o patriarcado se constituíram como experiências indissociáveis e necessárias ao desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2011; SAFIOTTI, [1969] 2013).

Torna-se necessário admitir, assim, o peso da relação entre o *arcaico* e o *moderno*, partícipe dos distintos *padrões de dominação externa* – antigo sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo restrito e imperialismo total (FERNANDES, 1973) – que assentam o escopo da formação brasileira. Nem o colonialismo nem a via não-clássica da revolução burguesa constituem apenas um evento histórico. Insurgem nas entranhas da sociedade, forjando-se no plano estrutural de modo abusivamente subalterno, marca que perdura até os dias atuais, com novas mediações.

Não é à toa que Ianni (1985) sustenta a ideia de que a *moderna* burguesia no Brasil consolida o que há de mais *atrasado* nas relações sociais e não assume, em nenhuma medida, um perfil revolucionário, impedindo a todo custo a realização de reformas sociais (a exemplo da reforma agrária e urbana) e garantindo uma *democracia restrita* mediante *transformações pelo alto* e acordos tácitos entre os setores dominantes. Estes, por sua vez, com sua *resistência sociopata às mudanças sociais* vêm implementando com perspicácia ações que compõem a *contrarrevolução permanente* no decorrer do desenvolvimento capitalista no Brasil (FERNANDES, [1960] 2008). A insistência dominante é a do caráter arbitrário, sempre canalizado em *acordos pelo alto*, atendendo aos interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas. Por isso, na nossa formação social a luta histórica pela ampliação democrática em prol da realização de reformas sociais estruturais, em seu sentido clássico, adquire caráter radical e popular.

Não é difícil constatar que a burguesia consolidada no Brasil possui uma aversão literal à participação popular, o que lhe imprime uma natureza *antinacional, antirreformista, antidemocrática e antipopular*, novamente explicitada (sem pudores) na atual conjuntura brasileira.

[Essa] burguesia só é débil para promover a revolução burguesa segundo o modelo ‘clássico’, nacionalista-democrático. Ela é bastante forte para preservar o poder real, usar o Estado nacional para se proteger e, especialmente, para estabelecer políticas econômicas que assegurem continuidade e aceleração do crescimento econômico sem maiores repercussões no grau de democratização e de nacionalização das estruturas de poder (FERNANDES, 1995, p. 134).

Ao assumir tais nuances, as elites dominantes no país sempre tentaram a qualquer custo dificultar a organização política das classes subalternas.⁷ O *perfil* burguês traçado no Brasil, aliás, possui sérios problemas com valores democráticos. Como resultado desta feição, o autoritarismo exacerbado funciona como recurso recorrentemente utilizado em momentos históricos que têm coincidido com ascensos nas lutas de massa e/ou com o aprofundamento de crises. Tanto é que a história republicana, desde 1889, tem operado num movimento oscilatório que mescla aspectos oligárquicos, democráticos, liberais e autoritários. Confundem-se, por vezes. E, quando apresentam novidades, nos moldes de uma Nação burguesa, não deixam de expressar traços que seriam, em tese, antípodas do novo.

Isto para sinalizar o seguinte quanto à *questão nacional*: as elites dominantes aqui emergidas e desenvolvidas não carregam consigo um projeto soberano de desenvolvimento, ou seja, um *Projeto de Nação*; e isto não procede da mera vontade singular desses sujeitos, mas pelas condições reais de sua inserção enquanto classe dominante nos marcos do capitalismo dependente. A realidade brasileira desconhece, deste modo, uma *burguesia nacional*, sendo esta, na análise de Prado Jr. (2012), um mito para justificar teorias preconcebidas ou fins políticos imediatistas de outra falsa promessa: *um capitalismo progressista*. Este é, na verdade, sempre referenciado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY, 1967), que mescla características de períodos históricos diferenciados, ocasionando um descompasso temporal no âmbito das relações sociais de produção e reprodução, que é elucidativo à formação social brasileira, mas institui-se, antes, enquanto tendência histórico-universal do desenvolvimento capitalista.

Portanto, não se trata de ausência de desenvolvimento ou de uma suposta incompletude capitalista por aqui, mas de seu próprio *modus operandi*. Em outras palavras, a realidade brasileira, ao se modernizar, mesmo que conservadoramente, torna-se cada vez mais partícipe da dinâmica de produção de desigualdades sociais numa mundialização que se regionaliza, no *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (GUNDER FRANK, 1973).

Essa brevíssima sistematização de aspectos gerais de nossa formação econômico-social demonstra a atualidade de formulações clássicas do pensamento social crítico brasileiro, sobre as quais as gerações de hoje e de amanhã possuem uma tarefa que ultrapassa os limites do devido reconhecimento intelectual. Interpretar o Brasil sob a mediação das intempéries do presente constitui uma necessidade teórico-prática da maior importância, já que nos parece correta a tese de que o atual cenário brasileiro radicaliza as determinações estruturais de nossa formação social, econômica, política e cultural; explicita a violência do desenvolvimento desigual, interna e externamente; reforça a condição de país agroexportador e dependente; demonstra a prevalência do “[...] conservantismo cultural” (FERNANDES, [1968] 2008).

Trata-se de uma requisição urgente e insurgente, que deve levar em consideração a necessidade da elaboração programática de um projeto de cariz estratégico e que possua a capacidade real de reorientar o processo de desenvolvimento nacional, na perspectiva do

⁷ São os exemplos de luta e resistência que escrevem a história dos povos indígenas, negros escravos, operários, camponeses, estudantes etc. Recorde-se, por exemplo, as experiências de Canudos, Cabanagem, Caldeirão, enfrentamento à Ditadura Militar, El Dorado dos Carajás, Diretas Já!...

rompimento com a subordinação e a dependência estrutural que nos instituem enquanto Nação. A referência para a sobreposição estratégica a isto não é outra senão o projeto socialista.

A Nação, por assumir a condição de configuração histórica, não traduz um todo monolítico, “[...] não surge pronta, acabada. Forma-se e conforma-se ao longo da história. Nasce e renasce, segundo os movimentos do seu povo, forças sociais, formas de trabalho e vida, controvérsias e lutas, façanhas e utopias” (IANNI, 1987, p. 31). Como as grandes problemáticas nacionais permanecem em aberto, temas que aparentam ser do passado constituem, na verdade, temas do presente.

A conformação das classes sociais em luta no plano interno, a ação estatal, a democracia, o liberalismo, a economia exportadora de produtos primários, a industrialização, a dependência, o sistema político... todos estes temas encontram-se enfeixados na *questão nacional*. Numa história entre o castigo e a rebeldia, entre *contrarrevoluções preventivas* e Golpes de Estado, cabe aos movimentos sociais, aos partidos políticos, às organizações sindicais e populares, ao motor das lutas sociais, enfim, enfrentar a carga histórica de nosso tempo.

Assim, perante o apresentado e sob a mediação da *práxis*, entendemos que o esforço reflexivo em torno da *questão nacional* exige contemplar:

- a) a aproximação às obras dos principais intérpretes brasileiros, difundindo uma trajetória no âmbito da produção do conhecimento crítico que interpreta o Brasil a partir de sua própria ótica e sem desconsiderar as articulações interno-externo, nacional-internacional;
- b) a reflexão acerca das problemáticas recentes que se abatem de modo particular sobre a realidade brasileira no contexto da mundialização capitalista, valendo-se das contribuições dos clássicos do pensamento social crítico brasileiro como ponto de arranque para a apreensão da complexidade assumida pelas atuais circunstâncias histórico-conjunturais;
- c) o empenho prático-organizativo coletivo, através de métodos de pedagogia de massas e educação popular, que tenha como finalidade a ampla disseminação no seio das classes trabalhadoras das contradições centrais que informam a história, a economia e a política na vida nacional.⁸

⁸ Desde o início dos anos 2000 os movimentos populares têm se destacado no desafio de compreensão da questão nacional por meio dos Cursos de Realidade Brasileira e dos cursos de formação em teoria política latino-americana junto à Escola Nacional Florestan Fernandes. As parcerias envolvem, além dos movimentos populares, universidades como a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora na experiência de oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* para a militância dos movimentos sociais da América Latina. As realizações destes cursos contribuíram com a formação de milhares de trabalhadores rurais sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, trabalhadores da construção civil, estudantes, sindicalistas, grupos de mulheres do campo e da cidade, lideranças de bairro, militantes dos movimentos sociais. Vale a referência, ainda, ao importante e diferenciado papel desempenhado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, ampliando o acesso ao ensino superior. No curso de Serviço Social, em todo país duas turmas formaram-se por tal Programa, uma na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outra na Universidade Estadual do Ceará. Do ponto de vista da luta ideológica, por fim, é da maior importância a iniciativa da Editora Expressão Popular na difusão da obra de intérpretes do Brasil.

É, portanto, diante de tais exigências históricas, reafirmadas no tempo presente, que nos propomos a pensá-las em diálogo com os desafios particularmente postos para a formação em Serviço Social no Brasil. O que caberia à profissão e ao seu projeto de formação diante disto? Não temos a pretensão de responder uma questão tão intrépida, mas de apresentar alguns elementos que possam servir como contribuições para que as/os próprias/os assistentes sociais, da formação ao exercício profissional, possam revelar os caminhos mais viáveis e necessários a serem priorizados. Isto sem nenhuma intenção de reprisar *dilemas e falsos dilemas* já muito bem tratados pela literatura do Serviço Social brasileiro, em especial por Marilda Iamamoto ([1992] 2008).

Desse modo, a certeza de que não cabe à uma profissão a vanguarda no enfrentamento a tais exigências históricas (devido a própria natureza de ser profissão), mas às classes trabalhadoras em luta, não anula o empenho necessário em revelar o que há de possibilidades de diálogo e ação frente à questão nacional como elemento que também constitui historicamente a *questão social* no Brasil. Certamente, isto implica nas articulações e resistências coletivas dos sujeitos profissionais enquanto trabalhadoras/es.

A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO ESTUDO DA REALIDADE BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Ao longo de mais de oitenta anos, não são poucas as mutações teórico-filosóficas, ideológicas, metodológicas e técnico-operativas na formação de assistentes sociais no Brasil. Diferentes gerações experienciaram distintas formas de apreensão da formação e do exercício profissional. Isto revela a intensa dinâmica que marca, desde os anos 1970, os mais importantes temas do debate profissional nos campos da pesquisa, da formação básica, da pós-graduação, da organização política e do aparato normativo-legal, hoje assentado especialmente na Lei da Regulamentação da Profissão (1993), no Código de Ética Profissional (1993) e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

O atual projeto de formação representa parte dos ganhos e saltos qualitativos obtidos pela categoria de assistentes sociais no Brasil em seu processo de amadurecimento ao longo das últimas décadas, coletivamente referenciado como *Projeto Ético-político Profissional*. Significa um elo privilegiado da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, partícipe de uma direção social avessa ao tradicionalismo, ao conservadorismo teórico-prático e comprometida com os interesses das classes trabalhadoras. Construiu-se entre nós “[...] um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

Deflagrado de modo mais sistemático em fins dos anos 1970, o debate a propósito da formação profissional tem ocupado lugar de destaque no Serviço Social brasileiro, tendo-se acentuado nos anos 1980, 1990 e 2000. Converte-se enquanto objeto de investigação de pesquisadores da área e tema de interesse da categoria profissional e dos estudantes, por meio de suas entidades representativas como o conjunto CFESS/CRESS, a ENESSO e a hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade acadêmico-

científica que articula e coordena o projeto de formação nos âmbitos da graduação e da pós-graduação.

Desde então, os avanços e a maturidade obtidos no campo da formação convivem ao mesmo tempo com desafios que assumem uma dimensão ascendentemente complexa. Estes desafios, sobretudo a partir da década de 1990, com a elaboração e aprovação das atuais Diretrizes Curriculares, relacionam-se no essencial: i) ao plano histórico-conjuntural mais amplo das práticas das classes sociais e da ação do Estado, que possui na penetração do neoliberalismo no Brasil um elemento central; ii) às redefinições da política neoliberal na agenda da política social, em particular na educação, tensionando para que nesta prevaleça um modelo pautado na *pedagogia das competências* e no *neotecnicismo* (SAVIANI, 2008); iii) a um período de descenso das lutas de massas, um refluxo na luta popular entre os anos 1990 e início dos 2000, ao contrário do efervescente período do fim dos anos 1970 e 1980 em meio à crise terminal da ditadura – contexto crucial, aliás, no desenvolvimento da vertente de *intenção de ruptura* (NETTO, 2011); iv) às novidades do *neodesenvolvimentismo* na década 2000, particularmente no contexto da Universidade e na formatação da política social; v) às mudanças emblemáticas no processo de formação profissional de assistentes sociais, determinadas, em razoável medida, pelos rumos assumidos pela política educacional no País, a conformar *um complexo e contraditório pêndulo entre a ampliação do acesso e a precarização* como tendência mundial nas políticas sociais (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016); vi) ao avanço do conservadorismo que interpela as políticas sociais, o exercício e a formação profissional. Uma realidade, portanto, cada vez mais *heterogênea* no processo formativo de profissionais (expansão das presenciais públicas, mas sobretudo das presenciais privadas e do ensino à distância...), sendo as duas últimas mais tensionadas pelo tecnicismo, pelo pragmatismo e pela formação metodologista, associada à ideia de que a formação profissional é, pura e simplesmente, a preparação para o emprego.

Tais tendências invariavelmente traduzem, ao passo em que se auto-articulam, um novo *perfil* na composição da categoria de assistentes sociais. Em levantamento recente, o CFESS registra um quantitativo de 180 mil profissionais, número que faz do Brasil o segundo país que mais forma assistentes sociais no mundo. Longe de ser meramente quantitativo, o dado apresenta implicações do ponto de vista qualitativo que reforçam a necessidade de elaboração de respostas a um contexto marcado por contradições de relevo no campo político-profissional.

Em afinidade com o debate travado na primeira seção, a propósito da questão nacional, sugerimos, desde o ponto de vista da formação básica de assistentes sociais, que a preocupação com o estudo da realidade brasileira insere-se na gama de problemáticas atuais enfrentadas pelo Serviço Social. Na perspectiva do aprofundamento da renovação crítica no Serviço Social, *a apreensão do desenvolvimento histórico da profissão no Brasil demanda uma estreita relação com a processual constituição cultural, política e econômica da sociedade brasileira*. Se abstraído este elemento, dificilmente será possível deslindar o real movimento da profissão desde sua origem.

Esta preocupação já se expressa desde o instante no qual a profissão passa a incorporar uma determinada concepção de história, apreendida como processo totalizante, necessariamente articulada à teoria e ao método. Isto se expressa em importantes contribuições analíticas de

pesquisadores da área do Serviço Social, mas também nos documentos que hoje orientam a formação de assistentes sociais, como no caso das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que em seu conjunto, e especialmente num núcleo de fundamentação específico, o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica Brasileira, direcionado

[...] à apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 11).

Outrossim, obtém espaço no processo formativo preocupações relacionadas às particularidades de nosso padrão de desenvolvimento capitalista, suas implicações no mundo do trabalho, na composição do Estado e nas práticas das classes. Este conteúdo possibilita apreender as nuances assumidas pela configuração da *questão social*, além de preencher historicamente uma determinada concepção de profissão, fundada na tese de que o significado social da profissão, à luz da divisão sociotécnica do trabalho, possui um caráter inerentemente contraditório, sintetizado na confrontação das classes em luta na sociedade brasileira e presentes nas instituições nas esferas estatal e privada.

Localiza-se aí uma notável preocupação relacionada ao método. Ao tempo em que o projeto de formação profissional articula a formação sócio-histórica brasileira aos fundamentos teórico-metodológicos da vida social e aos fundamentos do trabalho profissional, fica evidente um esforço de combinação entre aspectos universais, particulares e singulares; uma concepção de formação diferenciada, que transcende a lógica da fragmentação e passa a se assentar numa estrutura curricular que reflete os dilemas do atual período, projetando-o na perspectiva do futuro, abrindo janelas na construção de conhecimentos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

Nesse entendimento, constitui um fato a necessidade de zelo pelo projeto de formação elaborado pelo Serviço Social brasileiro. A preocupação histórica com o Brasil na relação ensino-aprendizagem expressa uma importância político-pedagógica de dimensão estratégica à atual direção social da profissão; esforço este que ultrapassa a graduação e demanda ser expandido no âmbito da pós-graduação, a partir dos esforços investigativos de pesquisadores da área (docentes e discentes dos cursos de especialização *lato senso*, mestrado e doutorado).

Esta necessidade parte de uma demanda concreta: *a importância de as/os assistentes sociais brasileiras/os conhecerem e se aprofundarem no entendimento da realidade de seu próprio país, aspecto-base para a devida apreensão tanto da relação dialética questão social-questão nacional quanto das particularidades assumidas pelo desenvolvimento histórico da profissão no Brasil*, o que sem dúvidas representa uma importante chave analítica para encarar os desafios que *batem em nossa porta* nas três dimensões que articulam unitariamente formação e trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Conhecer a história do Brasil significa desvendar a história social de nosso povo (IANNI, 1985). É um esforço a mais de munição a partir das armas da crítica.

Instigar o aprofundamento dos estudos da formação social do Brasil, encarando-o como desafio teórico de relevo ao debate profissional, traduz um elemento de acréscimo à confirmação do Serviço Social brasileiro como profissão e área de produção de conhecimentos (MOTA, 2013, 2016). Isto porque, ao possibilitar uma interlocução com os intérpretes do Brasil e uma reflexão sistemática em torno da realidade contemporânea em dimensões diversas – como a política social e a *questão social*, por exemplo – a profissão adensa a intervenção no real mediante a “[...] construção de uma cultura intelectual de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (MOTA, 2016, p. 173).

Estimular as/os assistentes sociais do Brasil ao exercício *a cabeça pensa onde os pés pisam* significa fazer valer uma *dimensão educativa* que, sobretudo num tempo como o que atravessamos, cumpre um vivaz papel político-pedagógico. Isto exige admitir que os aspectos da formação econômico-social brasileira não devem ser vistos de forma reducionista ou marginal, como se estes fossem limitados à uma disciplina inicial ou propedêutica do curso de graduação. Tratar a história nacional desta forma representaria, afora a irresponsabilidade intelectual, uma contradição em termos com o projeto de formação profissional coletivamente construído pela categoria profissional. Tal contradição resvala na própria possibilidade de aprofundamento da perspectiva de *intenção de ruptura*, noutros termos, na necessidade de superar os esquematismos inerentes ao chamado Serviço Social *tradicional*.

Contudo, é certo que, especialmente diante das contradições que adentram o Estado brasileiro, a política educacional e a expansão de cursos em Serviço Social no período mais recente, a discussão sobre a formação social do Brasil, de fato, pode tendencialmente restringir-se e ficar à cargo apenas de um ou outro componente curricular (ou nem isso). Além disso, mesmo a existência de disciplinas específicas não garante que este assunto não seja tratado dentro de uma perspectiva historicista, compartimentada e fragmentada da realidade, reforçando a ausência de diálogo com os demais componentes da formação profissional; muito embora haja esforços empreendidos por parte das entidades representativas da profissão e dos diferentes sujeitos que estão à frente da formação profissional, empenhando-se nas revisões curriculares e nos diversos estudos sobre a realidade vivida em inúmeros cursos pelo Brasil, do litoral ao sertão, das metrópoles aos interiores.

Portanto, a transversalidade em torno da formação social do Brasil no projeto de formação deve tomar corpo e forma inserindo a interlocução com o pensamento social brasileiro em componentes curriculares estratégicos e diversos, como nas discussões que envolvem os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, a política social, o trabalho, a crítica da economia política, a questão social, as relações patriarcais de gênero/classe/raça e etnia, a cultura, a questão agrária, urbana e ambiental, dentre outras.

Para a garantia dessa transversalidade na perspectiva de uma formação dialógica e dialética, não apenas entre os conteúdos como também entre estes e o exercício profissional, é possível visualizar algumas possibilidades, tais como: i) a construção de projetos e avaliações em conjunto, por períodos, que contemplem conteúdos comuns entre os diferentes e específicos componentes curriculares, considerando a multi e interdisciplinaridade; ii) a criação e oferta,

a depender das necessidades da realidade, de outros componentes curriculares para discutir a particularidade nacional e regional, ou mesmo refletir sobre como as disciplinas já existentes podem contemplar tais conteúdos em suas ementas e unidades programáticas⁹; iii) a viabilização de espaços de conhecimento e reflexão sobre a educação popular bem como outras e diversas formas de comunicação e organização popular, seja no campo ou na cidade, junto a supervisão de estágio e demais componentes que tratem mais precisamente sobre o exercício profissional; iv) a inserção dos elementos relativos à formação social brasileira nos cursos e demais iniciativas de formação permanente das/os profissionais por parte da ABEPSS e do Conjunto CFESS/CRESS, tais como a Projeto ABEPSS Itinerante, o Curso Ética em Movimentos, os seminários comemorativos bem como congressos e encontros.

Diante disso, segundo Iamamoto (2007), no permanente intento de associar conhecimento teórico às condições de existência, o legado já acumulado pelo pensamento social brasileiro carece de ser apropriado e atualizado para, a partir dele, refletir sobre as particularidades dos processos histórico-sociais concretos que informam o Brasil hodierno. As mutações históricas em nosso País, quanto nos demais países latino-americanos, constituem-se, também, enquanto *desafios ao pensamento*, pois nossos clássicos “[...] tinham clareza que as explicações obtidas também influenciavam os movimentos da sociedade, à medida que a teoria se transforme em força real ao ser incorporada pelos sujeitos em suas ações” (IAMAMOTO, 2007, p. 468-469).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inequívocos os saltos qualitativos alçados pelo Serviço Social brasileiro ao longo das quatro últimas décadas. Estes se expressam concretamente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e um conjunto de pesquisadores da área já os demonstraram, analisaram, debateram (NETTO, 1996; ABREU, 2004; IAMAMOTO, 2007; MOTA; AMARAL, 2014). Como expressão das mediações e embates entre projetos societários e projetos profissionais, construiu-se – entre tensões, conflitos e resistências – uma direção social estratégica para a profissão no Brasil, que nem de longe se restringe ao aparato normativo-legal, mas obtém um peso objetivo mediante a inter-relação entre *formação profissional, ação política e exercício profissional*.

Trata-se mesmo de um *legado* entendido por Mota e Amaral (2014) enquanto “[...] consolidação de uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidades democrática” (MOTA; AMARAL, 2014, p. 24).

⁹ Além da existência de componentes obrigatórios e/ou eletivos da formação profissional que tratem de temas diretamente relativos à formação social nacional e regional, a exemplo de Questão Agrária, Urbana e Ambiental no Brasil e Questão Regional, esses conteúdos podem perpassar as disciplinas sobre Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Estado e Políticas Sociais, Questão Social e Serviço Social, Classes e Movimentos Sociais, Relações de Gênero e Raça/Etnia etc.

Malgrado a engenhosa ofensiva burguesa nos planos político, econômico, cultural e ideológico, o Serviço Social brasileiro, inserido no mar das contradições postas pelos expressivos ataques à razão crítica, tem, a contragosto de tal ofensiva, registrado sua contribuição ao debate teórico-conceitual na área do Serviço Social, nacional e internacionalmente, bem como extrapolado as fronteiras de uma categoria profissional ao tempo em que se articula de modo permanente a sujeitos políticos coletivos e a outras áreas do conhecimento, como Sociologia, Ciência Política, História, Economia e Educação; traço este que, em concordância com Mota (2016), visibiliza uma postura insurgente do Serviço Social brasileiro ante a divisão social do saber. Três décadas de muita história na árdua tarefa de *repensar* a profissão, construída por muitos braços, corações e mentes. Afinal, em elogio à memória do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o *Congresso da Virada*, já são quarenta anos de negação da herança conservadora que instituiu o Serviço Social na realidade brasileira.

Os argumentos aqui reunidos concentraram-se, de tal maneira, num aspecto particular do debate da formação profissional. Discutimos - sem pretensão de esgotar o debate e certos de que algumas sinalizações aqui apontadas demandam um trabalho de pesquisa - a importância analítica dos estudos sobre a realidade nacional para, logo em seguida, situar a importância político-pedagógica desta tarefa na formação de assistentes sociais. Em termos de síntese, podemos sustentar que a concepção demarcada na introdução, baseada na ideia de que os estudos sobre a realidade nacional assumem uma dimensão estratégica na concepção de formação, justificam-se a partir de algumas razões.

Primeiro, a necessidade imperativa, no tempo presente, de contribuição à análise das classes sociais no Brasil, preenchidas de determinações históricas, econômicas, sociais e culturais como as de dimensão regional, espacial (rural/urbano), étnico-raciais e de gênero. Trata-se mesmo de um avanço na apropriação dos clássicos de nosso pensamento social, não numa perspectiva meramente exegética ou imanente, mas numa intenção de se apropriar de elementos centrais desses pensadores para refletir sobre os dilemas da atualidade.

Trilhar essa perspectiva caminha na direção de um *segundo* aspecto: o avanço do esforço investigativo a propósito da configuração particular da *questão social* no Brasil. Esta tarefa implica em admitir de que modo as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais próprias da lógica do modo de produção capitalista se apresentam no plano interno, numa economia herdeira de um multissecular pacto colonial. As formas de organização e luta das classes subalternas, as formas de ação e reação do Estado e das classes dominantes ganham, aqui, um profundo sentido.

Terceiro, a demanda no debate profissional de recuperação e apropriação da própria história da profissão. Precisamos reaver, dentre tantas coisas, quais foram os elementos concretos que nos possibilitaram a aproximação ao marxismo e a construção *mais que intencional* (MOTA, 2016) de ruptura com o Serviço Social *tradicional*. Isto levando em consideração as particularidades regionais do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro e seus reflexos na trajetória da profissão. Recapitular tais elementos, que ainda possuem muito a dizer, para refletir sobre o momento atual. Isto toca na relação com os movimentos sociais e organizações populares, bem como na *dimensão política da formação*, mesmo se

tratando de uma profissão. Esta combinação, despida do politicismo e do militantismo, recorda o que Iamamoto (2007) nomina de *educação política* como parte da formação de assistentes sociais. Há espaços importantes nos quais os assistentes sociais estão inseridos que podem, seguramente, potencializar o diálogo com segmentos das classes trabalhadoras no atual período.

Estes esforços, expressão de desafios tantos, trilham a perspectiva insurgente de uma profissão que se mantém voltada à defesa dos direitos sociais, das liberdades democráticas, das conquistas que representam séculos de luta contra a exploração e a dominação, cujas tensões e conflitos foram sumariadas ao longo deste texto. Com base na articulação entre teoria e prática, sejamos, então, parte da construção de uma saída para o Brasil quer na negação dos *acordos pelo alto* quer na afirmação da possibilidade de um tempo no qual as classes trabalhadoras no Brasil organizem, elas mesmas, sua capacidade criativa e produtiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALBUQUERQUE, C. S; PEREIRA, E. M. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife, Fortaleza: Imprima, IFCE, 2016.

FERNANDES, F. A sociedade escravista no Brasil. In: IANI, O. (Org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. rev. São Paulo: Global, [1960] 2008.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GUNDER FRANK, A. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: **Urbanização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 10 ed. São Paulo: Cortez, [1992] 2008.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. A questão social. In: IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 12 n. 2, nov. 2000.

IANNI, O. **A questão nacional na América Latina**. In: SIMPÓSIO INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA LATINA, 1987, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini – Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. **Formação Social e Serviço Social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, número especial, 2013.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelepas e desafios. 1ed. RECIFE: Editora da UFPE, 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Rev. Serv. Soc. & Soc.**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 50, abr. 2016.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Globo, 2015.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. In: PRADO JR.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, [1969] 2013.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967, v. 1.

Lucas Bezerra autor.

Assistente Social, doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Educador da Escola Nacional Paulo Freire.

Evelyne Medeiros coautor.

Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e da Coordenação do GTP Serviço Social e Movimentos Sociais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Leonardo Nogueira coautor.

Assistente Social, doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Mato Grosso.
